

Análise das explorações agropecuárias e do acesso a políticas públicas, em projetos de reforma agrária, na microrregião de Andradina (SP)

Analysis of agricultural holdings and access to public policies in agrarian reform projects in the microregion of Andradina (SP)

Análisis de las explotaciones agropecuarias y del acceso a políticas públicas, en proyectos de reforma agraria, en la microrregión de Andradina (SP)

Flaviana Cavalcanti da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
flaviana_cavalcanti@hotmail.com

Antonio Lázaro Sant'Ana
Universidade Estadual Paulista (Unesp)
lazaro@agr.feis.unesp.br

Ana Heloisa Maia
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)
anaheloisamaia@unemat.br

Resumo

Este trabalho caracteriza e discute aspectos pertinentes aos sistemas produtivos explorados por famílias assentadas na microrregião de Andradina/SP, bem como, analisa o acesso destas às principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Caracterizada por uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa de campo contemplou 30 produtores pertencentes a oito assentamentos da Microrregião. Foram realizadas visitas *in loco*, empregando-se como instrumentos de coleta de dados, principalmente, questionários e a observação direta. Constatou-se a preponderância da pecuária leiteira no que concerne à geração de renda e à produção destinada ao autoconsumo para os produtores pesquisados (77% exploram a atividade); entretanto, a sazonalidade produtiva desperta preocupações, dada a forte redução da produção de leite durante o período seco, observada em 80% dos casos analisados. Aliada à atividade leiteira, destacam-se, dentre o público pesquisado, as estratégias pautadas na policultura e na exploração de culturas que apresentam custos de produção relativamente baixos e que não exigem infraestrutura específica. Observou-se a necessidade de que os instrumentos de políticas públicas, na microrregião de Andradina, impliquem em esforços que possam efetivamente contribuir para a ampliação das possibilidades no que se referem às estratégias de reprodução socioeconômica dos produtores assentados; de modo que estes não se vejam *fadados* à pecuária de leite e a pequenas áreas de olericultura, em face das fortes limitações relacionadas com a infraestrutura disponível e com as debilidades no campo da assistência técnica e extensão rural, observadas nos espaços de reforma agrária da Microrregião.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Políticas públicas, Assentamentos rurais.

Abstract

This work characterizes and discusses aspects pertinent to the productive systems exploited by families based in the Microregion of Andradina / SP, as well as analyzes the access of these to the main public policies focused on family agriculture. Characterized by a qualitative-quantitative approach, field research included 30 producers belonging to eight settlements in the Microregion. On-site visits were performed, using as data collection instruments, mainly questionnaires and direct observation. The preponderance of dairy cattle raising in relation to income generation and production for self-consumption for the producers surveyed was verified (77% exploit the activity); however, the seasonality of production raises concerns, given the strong reduction in milk production during the dry season, observed in 80% of the analyzed cases. Allied to the dairy activity, among the public surveyed, stand out the strategies based on polyculture and the exploitation of crops that have relatively low production costs and do not require specific infrastructure. The need for public policy instruments in the Andradina Microregion to involve efforts that could effectively contribute to the expansion of the possibilities of socioeconomic reproduction strategies of the established producers; so that they are not doomed to the dairy cattle and to small areas of olericultura, in view of the strong limitations related to the available infrastructure and the weaknesses in the field of technical assistance and rural extension, observed in the agrarian reform spaces of the Microregion .

Keywords: Family agriculture, Public policies, Rural settlements.

Resumen

Este trabajo caracteriza y discute aspectos relevantes a los sistemas productivos explotados por familias asentadas en la microrregión de Andradina / SP, así como, analiza el acceso de éstas a las principales políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar. Caracterizada por un abordaje cuali-cuantitativo, la investigación de campo contempló a 30 productores pertenecientes a ocho asentamientos de la microrregión. Se realizaron visitas in loco, empleándose como instrumentos de recolección de datos, principalmente, cuestionarios y la observación directa. Se constató la preponderancia de la ganadería lechera en lo que concierne a la generación de renta ya la producción destinada al autoconsumo para los productores encuestados (77% explotan la actividad); sin embargo, la estacionalidad productiva despierta preocupaciones, dada la fuerte reducción de la producción de leche durante el período seco, observada en el 80% de los casos analizados. Aliado a la actividad lechera, se destacan, entre el público investigado, las estrategias pautadas en la policultura y en la explotación de cultivos que presentan costos de producción relativamente bajos y que no exigen infraestructura específica. Se observó la necesidad de que los instrumentos de políticas públicas, en la microrregión de Andradina, impliquen en esfuerzos que puedan efectivamente contribuir a la ampliación de las posibilidades en lo que se refiere a las estrategias de reproducción socioeconómica de los productores asentados; de modo que éstos no se vean a la ganadería de leche ya pequeñas áreas de olericultura, frente a las fuertes limitaciones relacionadas con la infraestructura disponible y con las debilidades en el campo de la asistencia técnica y extensión rural, observadas en los espacios de reforma agraria de la microrregión .

Palabras clave: Agricultura familiar, Políticas públicas, Asentamientos rurales.

Introdução

Em um país, que menos de 16% dos estabelecimentos agropecuários abrangem 75,7% da área total ocupada com a exploração agropecuária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2014), onde a concentração fundiária consiste em uma característica alarmante, as estratégias voltadas para o acesso à terra, conforme evidencia Wanderley (1995, p. 75), ocupam uma posição central entre agricultores e suas famílias. Tais estratégias se relacionam estreitamente com a criação de movimentos sociais pautados na luta pela reforma agrária, cujos esforços têm levado a intervenções por parte do Estado que, em determinadas situações, culminam em processos voltados para a desconcentração fundiária.

Em tal conjunção, os assentamentos rurais ganham especial destaque; estes, conforme elucidam Medeiros e Leite (2004, p. 19), referem-se, concomitantemente, aos resultados das lutas e dos conflitos gerados pelos agricultores e outros trabalhadores rurais e das ações governamentais direcionadas à acomodação das demandas dos movimentos sociais e para a normatização das regras de acesso à terra.

Apesar das condições de precariedade, ainda presentes em muitos lotes de projetos de reforma agrária, “percebe-se que as famílias assentadas acreditam que suas vidas melhoraram depois que entraram nos assentamentos, uma vez que possuem a sua própria moradia, conseguem colocar seus filhos na escola e podem, ao menos, produzir para o seu próprio sustento” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013, p. 567).

Tarsitano et al. (2008, p. 70) reconhecem os avanços na vida das famílias contempladas pela política de reforma agrária, entretanto, mencionam a fragilidade que ainda sonda os assentamentos rurais, no que diz respeito à situação socioeconômica dos agricultores. Os referidos autores interpretam isto como consequência da conjuntura pouco favorável aos pequenos agricultores em geral, dos entraves para a obtenção de renda e da dificuldade dos próprios produtores assentados para se organizarem internamente.

Considerando-se que “ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo” (LEITE et al., 2004, p. 65), este artigo visa caracterizar e discutir aspectos relacionados às explorações agropecuárias conduzidas por famílias assentadas em projetos de reforma agrária, localizados na microrregião de Andradina-SP, bem como, as políticas públicas direcionadas a esse público, no que se referem à comercialização, ao crédito e à assistência técnica. As questões aqui levantadas poderão contribuir para a compreensão das potencialidades e entraves presentes nos assentamentos rurais da microrregião, a partir do reconhecimento de suas particularidades, a fim de fomentar a discussão acerca de possíveis intervenções que possam

implicar no aperfeiçoamento e/ou (re)formulação de ações destinadas à viabilização da reprodução socioeconômica das famílias assentadas na região.

Metodologia e técnicas de pesquisa

Destaca-se que este trabalho consiste em um recorte de uma pesquisa mais ampla que compõe a dissertação de mestrado da primeira autora. Para o levantamento dos resultados aqui apresentados, foi realizada, inicialmente, uma breve caracterização da agricultura familiar na microrregião, com base em dados do Censo Agropecuário 2006. Buscou-se consultar profissionais de assistência técnica e extensão rural, a fim de confirmar com estes a preponderância das explorações inicialmente observadas para a agricultura familiar na região. A definição da amostra foi precedida de reunião realizada com a equipe técnica do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP e do estabelecimento de contatos com profissionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A partir da relação das explorações agropecuárias mais freqüentes no contexto da agricultura familiar nesta microrregião, os profissionais de ambos os órgãos forneceram dados suficientes para a realização de visitas aos lotes de produtores, os quais apresentassem explorações em concordância com os tipos inicialmente levantados, por meio dos dados do Censo Agropecuário 2006.

Neste trabalho, compartilha-se com Bergamasco e Norder (1996, p. 6), para quem os assentamentos rurais correspondem à “criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

A pesquisa de campo caracterizou-se por uma abordagem quali-quantitativa, cujos instrumentos empregados na coleta de dados consistiram, principalmente, em questionários e observação simples no trabalho de campo.

Foram pesquisados 30 produtores, pertencentes a oito assentamentos da microrregião de Andradina (Tabela 1), distribuídos entre cinco municípios (Andradina, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura e Castilho). Em Andradina, foram pesquisados produtores dos Assentamentos Primavera (2 – 7% do total de famílias assentadas) e do Assentamento Belo Monte (9 – 30%); em Itapura, os produtores pesquisados pertencem aos Assentamentos Rosely Nunes (5 – 17%); em Ilha Solteira, foram pesquisados produtores do Assentamento Estrela da Ilha (5 - 7%); no Município de Castilho, foram pesquisados produtores pertencentes aos Assentamentos São Joaquim (1 - 3%) e Anhumas (1 - 3%); já em Guaraçaí, a pesquisa abrangeu produtores pertencentes aos Assentamentos Aroeira (5 - 17%) e São José II (2 - 7%).

A Tabela 1 reúne algumas características dos assentamentos aos quais pertencem os agricultores pesquisados. Observa-se que o assentamento mais antigo (Assentamento Primavera) foi criado há 30 anos, já os assentamentos mais *recentes* foram criados em 2005 (Rosely Nunes e Estrela da Ilha); as diferenças em relação às áreas e, principalmente, à idade dos assentamentos foram consideradas durante a determinação da amostra, a fim de que a pesquisa refletisse a possível heterogeneidade das unidades de produção, também, em função destas características.

Tabela 1. Produtores pesquisados na microrregião de Andradina e dados acerca dos respectivos assentamentos.

Município	Assentamento	Data de criação	Área (ha)	Nº de famílias
Andradina	Belo Monte	22/04/2002	1.534,4	74
Guaraçáí	Aroeira	17/09/1987	872,2	40
Ilha Solteira	Estrela da Ilha	21/03/2005	2.984,3	209
Itapura	Rosely Nunes	21/03/2005	1.172,6	85
Andradina	Primavera	22/06/1981	9.595,1	280
Guaraçáí	São José II	09/02/1988	877,6	39
Castilho	São Joaquim	25/08/2003	606,2	46
Castilho	Anhumas	12/12/2001	1.350,2	70

Fonte: Incra (2017).

A microrregião de Andradina pertence à mesorregião de Araçatuba e está localizada no noroeste do estado de São Paulo, sua área abrange 6.888,149 km², distribuída entre onze municípios. Segundo levantamento do IBGE (2006), sua população foi estimada em 179.591 habitantes e sua densidade demográfica em 26,1 hab./km². Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade (2012), a renda per capita observada na microrregião corresponde a 2,32 salários mínimos, enquanto que a média do estado é de 2,92 salários mínimos. O setor agropecuário é responsável por 8% dos vínculos empregatícios na região de Andradina, este percentual é mais do que o dobro da média estadual (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2012).



Figura 1: Microrregião de Andradina (área em destaque).

Fonte: www.cidadespaulistas.com.br (2014).

Segundo dados do último Censo Agropecuário, cujos dados foram divulgados (IBGE 2006), na microrregião de Andradina, a agricultura familiar abrange 4.580 estabelecimentos agropecuários, representando 78,68% do total, contudo, a área ocupada pelo segmento corresponde a 82.538ha, ou seja, 18,12% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Em contrapartida, a agricultura não familiar (1.241 estabelecimentos), que representa 21,32% dos estabelecimentos agropecuários da microrregião, ocupa 372.942ha, o que representa 81,88% da área total.

Apesar de tudo, a microrregião de Andradina tem, nos últimos anos, apresentado avanços no que se referem a iniciativas voltadas para a desconcentração da propriedade da terra, em consequência (sobretudo) da forte presença de movimentos sociais na região; tendo como um dos reflexos desse cenário, o seu expressivo número de assentamentos rurais. Estes totalizam 37 projetos na microrregião, os quais abrangem 55.589 hectares, contemplando 3.005 famílias (SANTOS, 2014, p. 57).

Resultados e discussão

Caracterização dos produtores e respectivos estabelecimentos

Os produtores entrevistados trabalham na área atual há um tempo médio de 12 anos; metade destes trabalha nos respectivos lotes há no máximo 10 anos. Com um tempo médio de 38 anos dedicados à agricultura, observou-se que, anteriormente à conquista da terra, a grande maioria dos produtores já possuía experiência no que se referem às atividades agrícolas. Os lotes estudados reúnem, em média, quatro pessoas pertencentes à família e os trabalhos são realizados por, em média, duas pessoas da família, que quase sempre correspondem ao casal.

Os titulares dos lotes, em sua grande maioria (93%), pertencem ao sexo masculino; possuem, em média, 55 anos, sendo que 70% possuem idade superior a 50 anos. Em relação à escolaridade, verificou-se que 80% dos titulares estudaram no máximo até o ensino fundamental, de modo que a maior parte não ultrapassou a 4ª Série (62%). A caracterização dos produtores aqui exposta se aproxima do perfil identificado por Bergamasco et al. (2004) em pesquisas realizadas em outros assentamentos paulistas; segundo os autores, o perfil dos titulares dos lotes pesquisados pode “ser delineado pela figura de um homem com idade entre 45 e 60 anos e menos de quatro anos de ensino formal” (BERGAMASCO et al., 2004, p. 109).

Dentre as famílias pesquisadas, verificou-se que apenas nove (30%) contam com renda obtida exclusivamente por meio da exploração dos respectivos lotes; em relação às outras rendas, destaca-se a aposentadoria, verificou-se que 14 famílias (47% do total) recebem tal benefício. Em 11 casos (36,6% dos lotes), as famílias contam com renda oriunda do trabalho externo exercido por algum membro da família. Wanderley (1995, p. 42) ressalta a relevância dos trabalhos externos, não apenas para a reprodução da família, mas, também, para a reprodução do próprio estabelecimento familiar.

No que se refere à mão-de-obra, verificou-se que em 14 lotes (47%) os trabalhos são desenvolvidos exclusivamente pelas famílias. A contratação de terceiros foi observada também em 14 lotes (47%), com predomínio de diaristas (1 por lote); em apenas dois casos (7%) foram citados o mutirão e a troca de serviço com outro produtor. Conforme observam Bergamasco et al. (2004, p. 12), informações acerca da contratação de mão de obra assalariada para o desenvolvimento de atividades em lotes se mostram relevantes, também, para a realização de análises que se voltam para o impacto dos assentamentos no mercado de trabalho local.

Observou-se a forte participação dos agricultores pesquisados em organizações de grupo; estas foram mencionadas por 24 entrevistados (80%). A organização coletiva dos produtores familiares consiste em importante estratégia para o fortalecimento do segmento, especialmente, no que se refere ao campo das políticas públicas, tanto no que concerne a reivindicações, como, também, para a inserção e permanência em projetos governamentais. Mencionadas por 43% dos agricultores pesquisados, as cooperativas foram as organizações mais citadas, em seguida, aparecem as associações de produtores rurais (37%) e o sindicato de trabalhadores rurais (20%), respectivamente.

O vínculo com associações e cooperativas está relacionado, sobretudo, à comercialização do leite e à viabilização da comercialização para a Conab, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em alguns casos foram relatadas, ainda, a utilização de implementos e a compra conjunta de insumos por meio destas organizações. Já a vinculação ao sindicato, por parte dos

produtores pesquisados, relaciona-se, também, com a viabilização da comercialização por meio do PAA e, sobretudo, à possibilidade dos produtores contarem com atendimentos médico / odontológico e assistência jurídica. Neste sentido, cabe afirmar que as atividades produtivas desenvolvidas no interior dos lotes e os processos de tomada de decisão relacionados ainda são pouco influenciados por decisões coletivas, uma vez que muitas das organizações de grupo ligadas à agricultura familiar na microrregião praticamente limitam suas ações ao âmbito da comercialização.

A área média dos lotes pesquisados é de 15,3 hectares e 90% destes possuem entre 12 e 17 hectares. Observou-se que a grande maioria dos produtores mantém as explorações agropecuárias limitadas às dimensões dos respectivos lotes; este aspecto, juntamente ao tempo de permanência dos produtores nos assentamentos, que remete ao início dos projetos, contribui para evidenciar a resistência das famílias para dar continuidade aos seus projetos de vida na terra conquistada, mesmo em vista das múltiplas adversidades ainda presentes nos projetos de assentamentos rurais brasileiros.

Exploração Animal

Caracterização da Bovinocultura

A pecuária bovina foi apontada mais uma vez como a principal atividade em termos de área ocupada e frequência, todos os produtores pesquisados mantêm em seus lotes áreas destinadas à bovinocultura. Verificou-se que quase a metade dos produtores (14) possui cerca de 80% da área total de seus lotes ocupada com pastagens. A atividade pecuária foi verificada em 28 lotes (93%) e o número médio de animais observado foi de 34 cabeças por lote. A maioria dos estabelecimentos (54%) possui entre 11 e 30 cabeças, enquanto apenas 11% reúnem mais de 50 animais.

Constatou-se também que a pecuária leiteira é uma importante fonte geradora de renda para as famílias pesquisadas, na maioria dos casos, persiste como a principal atividade. A frequência desta entre os produtores assentados da microrregião de Andradina reforça a importância do segmento da agricultura familiar no que se refere à produção de leite na região. Segundo dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a agricultura familiar na microrregião, a qual ocupa 18,12% da área total destinada aos estabelecimentos agropecuários, é responsável por mais de 46% da produção leiteira total. Durante a época de realização da pesquisa 23 lotes (77%) estavam produzindo leite, com uma produção média diária de 69 litros. Dentre os lotes que possuem gado leiteiro, foram verificados em média, 10 animais em lactação e oito vacas secas, sendo que em quatro lotes não havia produção no momento da pesquisa.

Observa-se que o número de vacas lactantes se mostra inferior ao recomendado, pois se considera ideal que 83 a 85% do total de vacas estejam produzindo leite. Entretanto, é válido destacar que as entrevistas, em sua grande maioria, foram realizadas durante o período seco e que em vista das condições climáticas da região e do manejo utilizado pelos agricultores, estes não conseguem manter a produção estável durante este período. De acordo com a Zoccal et al. (2012, p. 21), a bovinocultura de leite brasileira, no caso da *produção em base familiar*, apresenta produtividade animal diária de 4 a 8 litros por vaca, a média observada durante o momento da pesquisa foi de 7 litros de leite por animal, sendo que 17% daqueles que estavam explorando a atividade leiteira apresentavam produtividade acima dessa faixa, já seis produtores (26%) estavam com uma produtividade diária por animal abaixo da faixa citada; neste caso, exceto um produtor, os demais dispunham de, no máximo, sete animais em lactação.

No período das águas, os produtores pesquisados produzem diariamente, em média, 103 litros de leite; já no período seco, com uma redução de cerca de 40%, esta média é de 63 litros/dia. Apenas cinco produtores (cerca de 20% daqueles que produzem leite) conseguem manter o mesmo nível de produção durante o período da seca. Quando questionados em relação à suplementação da alimentação do rebanho no período seco, todos os produtores afirmaram que realizam este manejo, sendo fornecidos, em média, três alimentos distintos com tal finalidade; com destaque para a cana de açúcar e os alimentos concentrados, representados, sobretudo, pelas rações, mencionados respectivamente por 89% e 71% dos produtores que exploram a bovinocultura.

Observou-se que não apenas o leite produzido, mas também a venda de animais, representa uma considerável fonte de renda para os produtores, sobressaindo-se a comercialização dos bezerros. A importância monetária da renda advinda da comercialização destes, para as famílias assentadas da microrregião de Andradina, também foi verificada por Tarsitano et al. (2008, 71).

A alimentação do gado leiteiro, verificada entre os produtores pesquisados, está de acordo com o identificado por Zoccal et al. (2012, p. 21) como *Produção em Base Familiar*, uma vez que consiste em sistema de alimentação misto, com a utilização de pastagens e suplementação volumosa e concentrada durante o inverno ou estação seca

Em relação às forrageiras cultivadas, não apenas em termos de frequência (28 produtores – 93%), mas também de área, observa-se a predominância da *Brachiaria decumbens* que ocupa 82% das áreas de pastagem.

A rotação intensiva de pastagens é uma das tecnologias mais difundidas por empresas públicas e privadas ligadas à pesquisa e extensão nos últimos anos, realizada por meio da utilização de piquetes de pequenas dimensões, foi verificada em 18 lotes (64% dos produtores que exploram a bovinocultura). A tecnologia que, dentre outros objetivos, visa elevar a produtividade e melhorar o

aproveitamento da área de pastagem, não tem apresentado resultados positivos dentre os produtores pesquisados; na realidade, observou-se que os agricultores que realizam a rotação intensiva apresentam produtividade por unidade animal inferior aos que não fazem uso da tecnologia, com uma diferença de 19% no total de litros de leite produzidos.

A falta de resultados positivos pode estar atrelada ao fato de que o pacote tecnológico preconizado por este sistema é adotado apenas parcialmente pelos produtores (muitos produtores não dispõem de sistema de irrigação nos piquetes e a adubação não é realizada conforme recomendação técnica).

A adubação mineral nas áreas de pastagem é realizada por sete produtores, enquanto 13 agricultores relataram a aplicação de calcário nos pastos. Sistemas de irrigação foram mencionados em dois casos. A baixa disponibilidade de recursos dentre os assentados, somados a outros motivos, ocasionam, em muitos casos, investimentos bastante reduzidos nas áreas destinadas à bovinocultura, sobretudo, no que se refere à utilização de insumos e de tecnologias que poderiam promover melhorias nas condições das pastagens.

Mudanças estas, comumente, tidas como essenciais para que a atividade possa fornecer rendimentos que viabilizem a reprodução socioeconômica das famílias assentadas, considerando-se a preponderância da atividade na renda destas e, também, o fato de que as faixas de terra hoje pertencentes a assentamentos rurais provêm, principalmente, de áreas nas quais prevaleciam a pecuária extensiva e, em muitos casos, já se encontravam em más condições, quando foram desapropriadas. Em muitos casos, a correção da acidez do solo por meio da aplicação de calcário, com base em análises, a qual requer investimentos relativamente baixos, poderia consistir em um passo considerável no manejo para a promoção de melhorias nas condições dos pastos dos assentamentos da microrregião.

A caracterização da atividade pecuária realizada, especialmente em relação à produção de leite, não permite afirmar que exista correlação direta entre o padrão tecnológico empregado e a produtividade obtida. O investimento na atividade está fortemente ligado à importância dessa na composição da renda familiar; observou-se que os produtores, cuja principal fonte de renda consiste na pecuária leiteira, apresentam maiores índices de produtividade por área e por unidade animal.

De qualquer modo, constatou-se a necessidade de estratégias por parte dos produtores e de ações governamentais, principalmente ligadas à assistência técnica e extensão rural, que possam impulsionar a atividade agropecuária nas áreas hoje ocupadas por pastagens, em vista, sobretudo, da baixa produtividade observada na região, principalmente durante o período de estiagem; o que implica em riscos nas condições de reprodução socioeconômicas das famílias assentadas na região, o que, em muitos casos, se relaciona também com a subutilização dessas áreas. Mesmo

considerando-se as particularidades de cada atividade, principalmente no que concernem aos investimentos necessários, a comparação entre a produção e rendimento das áreas destinadas à exploração vegetal com as áreas voltadas para a exploração animal parece reforçar a necessidade de se repensar a atividade pecuária nos assentamentos da região.

Dados do Censo Agropecuário 2006 revelam que em termos de área predominam, na microrregião, as pastagens, as quais abrangem 75% da área ocupada com estabelecimentos agropecuários familiares; entretanto, mesmo ocupando uma área consideravelmente inferior, a produção vegetal é responsável por 71 % das receitas geradas a partir das atividades desenvolvidas pela agricultura familiar na microrregião.

Outras criações

Constatou-se, também, a importância de outras criações para as famílias pesquisadas no que se referem à geração de renda e a questões ligadas ao autoconsumo das famílias, em vista, sobretudo, do baixo investimento dessas explorações e do retorno financeiro e/ou possibilidade de autoconsumo em tempo relativamente rápido. Neste contexto, destacam-se as criações de aves (observada dentre os 80% dos produtores) e de suínos (63%) em sistemas rústicos de criação e manejo, com a utilização quase que predominante de insumos produzidos nos próprios lotes. Dados do último Censo Agropecuário refletem a importância econômica dessas criações, sobretudo, das aves, as quais são responsáveis por mais de 5% do valor total da produção gerada pela agricultura familiar na microrregião, o que representa mais de 18% do valor da produção animal (IBGE, 2006).

Exploração Vegetal

Por meio da caracterização dos sistemas de cultivo, verificou-se que os produtores pesquisados na microrregião de Andradina exploram, em média, seis culturas distintas (exceto forrageiras). Oito produtores (27%) exploram duas ou três culturas; enquanto 16 produtores (53%) exploram mais de seis. Nota-se que, apesar da predominância da atividade pecuária, em termos de área, a grande maioria dos lotes pesquisados mantém áreas destinadas a cultivos, consideravelmente, marcadas pela diversidade; de modo a incrementar quantitativa e qualitativamente a produção para o autoconsumo, estratégia base para o alcance da segurança alimentar e nutricional das populações rurais. Conforme infere Wanderley (1995, p. 42), “o esforço de diversificação se destina, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo”. A diversidade de alimentos produzidos nos lotes pesquisados é reforçada pela combinação da policultura com a criação de animais; combinação esta que persiste

enquanto importante estratégia para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar, com marcantes reflexos tanto na organização interna da unidade produtiva, como nas suas relações com o meio externo, no que concernem a questões econômicas e sociais.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006) em relação à produção vegetal na microrregião de Andradina, destacam-se as lavouras temporárias presentes em 35,35% dos estabelecimentos agropecuários familiares, estes cultivos ocupam 11,28% da área destinada à agricultura familiar; já as lavouras permanentes são verificadas em cerca de 17% dos estabelecimentos familiares e ocupam aproximadamente 4% da área total ocupada pela agricultura familiar na microrregião.

Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo apresentam certa consonância com os dados do último Censo Agropecuário, em relação ao destaque das lavouras temporárias frente às perenes, conforme pode ser observado na Figura 2, a qual reúne as culturas exploradas e o percentual de produtores que possuem cada uma destas culturas.

A predominância das culturas temporárias em assentamentos paulistas também foi observada por Bergamasco et al. (2004, p. 39). Os investimentos necessários para a implantação das culturas perenes que, em muitos casos, costumam ser superiores aos das culturas anuais, bem como, retornos financeiros mais tardios comuns em muitos cultivos permanentes, são aspectos que podem exercer considerável influência na decisão dos produtores assentados em optar pelas lavouras temporárias. Nesta direção, as olerícolas ganham especial destaque entre os produtores pesquisados, em vista, também, do fato de possuírem ciclo de produção curto, típico da grande maioria destas culturas e, portanto, favorecem retornos financeiros relativamente rápidos.

Ferrante e Duval (2012, p. 8) relacionam o papel de destaque da horticultura em assentamentos rurais do estado de São Paulo, com a capacidade da atividade em absorver grande volume de mão de obra familiar e com a inserção dos produtores em programas de compras governamentais. Em relação a este último aspecto, destaca-se, também, a sua relevância no contexto dos assentamentos estudados; a comercialização para esses programas, que em muitos casos viabilizam a aquisição de alimentos em pequenas quantidades, também têm implicado em estímulo à produção de olerícolas na microrregião de Andradina.

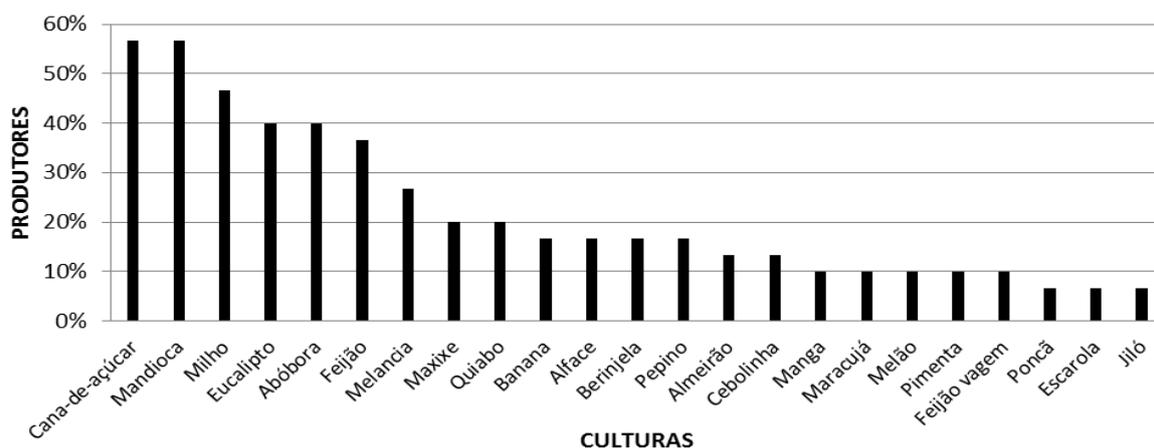


Figura 2: Culturas mencionadas pelos produtores pesquisados (microrregião de Andradina).

* Constam na Figura 2 as culturas que foram mencionadas por pelo menos dois produtores pesquisados na microrregião de Andradina. **Fonte:** Dados da Pesquisa.

As três culturas mais frequentes dentre os produtores pesquisados (cana-de-açúcar, mandioca e milho) são, sobretudo, destinadas à alimentação das criações, com destaque para a suplementação do rebanho bovino durante o período de estiagem. Entretanto, é necessário enfatizar a importância da mandioca e do milho no que tange ao consumo familiar e à comercialização de excedentes, o que ressalta ainda mais a importância dessas culturas para as famílias pesquisadas. A exploração de culturas voltadas para a alimentação animal, ou seja, para o autoconsumo da unidade produtiva, consiste em uma importante via para a redução dos custos de produção dos sistemas de criação e para a potencialização da utilização dos recursos endógenos, com consequências consideráveis no que diz respeito ao fortalecimento da autonomia dos produtores.

Muito embora, a produção canavieira tenha se expandido fortemente na região noroeste do Estado de São Paulo nos últimos anos, salienta-se que em relação à agricultura familiar na microrregião de Andradina, especialmente nos assentamentos rurais, a cultura da cana-de-açúcar segue ocupando majoritariamente pequenas faixas de área e a sua exploração está quase sempre ligada às necessidades dos estabelecimentos, com destaque para a suplementação da alimentação de bovinos. Os produtores pesquisados que exploram essa cultura (17 – 57%) destinam a produção exclusivamente ao autoconsumo dos lotes, observou-se que a *maioria* (nove produtores) possui no máximo 1,0 hectare destinado à produção de cana (área máxima observada: 2 hectares). De acordo com dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012), apenas 5% da cana-de-açúcar produzida em estabelecimentos agropecuários da microrregião, cujas áreas não ultrapassam 20 hectares, é comercializada.

Apesar do amplo acesso a insumos agroindustriais por parte dos produtores pesquisados, um número considerável de culturas exploradas por estes não recebem tais produtos; foram observados

ainda cinco sistemas de cultivos nos quais são utilizados agrotóxicos e cinco que não recebem adubos sintéticos. Esses aspectos podem sugerir formas de produção menos agressivas ao meio ambiente, uma maior autonomia por parte dos produtores em relação às empresas de insumos, bem como, a obtenção de alimentos mais saudáveis. A redução ou a banição do uso de insumos agroindustriais podem significar avanços no que se referem à busca por modelos de agriculturas alicerçados nos princípios da sustentabilidade, entretanto, faz-se necessário investigar em maior profundidade os sistemas de produção em questão, no que se refere a esses aspectos.

Mesmo com toda a importância socioeconômica das explorações vegetais, investimentos em infraestrutura de produção especificamente voltados para os sistemas de cultivo permanecem restritos a poucos produtores. As estufas foram verificadas em apenas dois lotes (7%), já os equipamentos de irrigação foram observados em 11 lotes (37%), com destaque para os sistemas de gotejamento, estes são utilizados principalmente nos cultivos de olerícolas folhosas; estes números são relativamente baixos em vista das condições climáticas da região, caracterizadas por temperaturas elevadas e um longo período de estiagem.

Aliadas às estratégias vinculadas à policultura, com a exploração de culturas que não exigem infraestrutura específica, apresentam custos de produção relativamente baixos e propiciam retornos financeiros rápidos, ganham destaque as estratégias ligadas à comercialização, baseadas em vendas diretas, utilizadas pela grande maioria dos produtores familiares pesquisados (comercialização direta ao consumidor e/ou ao mercado institucional). Esse tipo de comercialização, comum entre os agricultores pesquisados, favorece a máxima apropriação do excedente da produção por parte dos produtores, viabilizando a obtenção de ganhos monetários superiores; o que contribui para fazer dos sistemas de cultivo, uma fonte de renda relevante para as famílias, mesmo com uma produção relativamente pequena.

A comercialização direta foi mencionada por 55% dos produtores entrevistados e as suas diferentes formas parecem refletir a diversidade produtiva presente nos lotes; a comercialização direta verificada envolve a realização de feiras, vendas a restaurantes, a comercialização de porta em porta, no próprio lote e sob encomenda, além das vendas ao mercado institucional; e os principais produtos comercializados se referem à mandioca, ao feijão, ao milho e as olerícolas com destaque para a abóbora e o quiabo. Tais produtos se assemelham ao que Medeiros e Leite (2004, p. 37) denominam de “produtos estratégicos”, os quais se voltam tanto para a obtenção de renda monetária (com vendas em mercados locais), como para a alimentação da família.

Crédito rural

Dentre os produtores pesquisados, 87% (26) afirmaram que possuem financiamentos ativos; exceto dois produtores, os demais (24 agricultores) mencionaram linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Criado por meio do Decreto 1946 de 28/06/1996, o Programa visa “*promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda*” (BRASIL, 2011, p. 01).

Ao ser levantada a finalidade dos créditos dentre os 26 produtores que tomaram recursos, verificou-se que a grande maioria dos financiamentos foi destinada a investimentos: 22 produtores (84% daqueles que possuem financiamento ativo) utilizaram os financiamentos para tal finalidade, especialmente para a aquisição de matrizes de gado leiteiro (20 produtores, ou seja, 77% daqueles que possuem financiamento ativo). Observa-se na região, dentre os produtores assentados, a *tradição* de empregarem quase que invariavelmente os recursos obtidos por meio do Pronaf A na compra de matrizes; sendo comum os produtores se referirem a esta linha de crédito como o ‘Pronaf do gado’.

Em estudo realizado na microrregião, Tarsitano et al. (2008, p. 71), ao analisarem os motivos que fundamentam a predominância da pecuária leiteira nos assentamentos, mencionam alguns aspectos, que também podem ser determinantes na decisão do agricultor em optar por investimentos na atividade; estes se relacionam com a garantia de entradas monetárias mínimas mensalmente, com o fato de se tratar de uma atividade de baixo risco, sem perdas totais e comercialização garantida com certa previsibilidade em relação aos preços pagos. O valor médio dos financiamentos ativos destinados a investimentos levantados na pesquisa foi de cerca de R\$15.000,00. Em relação aos prazos de pagamento, verificou-se, que a grande maioria dos produtores dispõe de 10 anos para quitar esses financiamentos (3 anos de carência e 7 anos para pagar).

Financiamentos destinados a custeios foram mencionados por oito produtores (27%), com destaque para o pagamento dos custos de produção da implantação de culturas como o milho (3), a cana-de-açúcar (2) e a mandioca (2). Dada a importância do Pronaf Custeio para a cobertura das despesas com a produção agropecuária no decorrer do ano agrícola, uma vez que grande parte dos produtores assentados não possui recursos financeiros suficientes para arcar com tais despesas, o percentual de agricultores que acessam esse tipo de crédito dentre os produtores pesquisados é consideravelmente baixo. Ainda no caso de custeio, o valor médio verificado foi de cerca de R\$5.000,00 e os prazos para pagamento variam entre 1 e 3 anos. Ao avaliarem os recursos obtidos,

17 produtores (65% daqueles que possuem financiamentos ativos) se mostraram inteiramente satisfeitos.

Quatro produtores (16%) afirmaram que encontraram dificuldades para quitar os respectivos financiamentos. Quatro agricultores apresentaram queixas relacionadas com os valores obtidos (três produtores julgam que os valores liberados são baixos para as atividades desenvolvidas) e com o prazo de pagamento (para um dos produtores, os prazos para quitar os financiamentos são curtos). Os produtores foram questionados a respeito do grau de relevância dos créditos tomados para as atividades que desenvolveram ao longo dos anos, a partir de algumas alternativas. Neste caso, apenas dois produtores (7%) declararam que os financiamentos não foram relevantes para os sistemas de produção explorados.

Dentre os demais, sete julgaram *importante*, já 15 produtores (50%) afirmaram que a obtenção dos financiamentos foi muito importante ou fundamental para as atividades desenvolvidas nos respectivos lotes, sendo que dentre estes, 12 produtores declararam que não teriam meios de iniciar as atividades e/ou não chegariam ‘onde estão hoje’ sem os créditos obtidos, como ilustram esses dois depoimentos: “Foi tudo, como ia começar sem o Pronaf? Foi o pontapé inicial” (A. R, 51 anos, Assentamento Estrela da Ilha); “Foi o começo de tudo, foi bom, não estaria como *tá* hoje... No começo não tinha nada, hoje tenho rebanho bom, bezerros...” (D, R, G, 50).

Mattei (2006, p. 95) afirma que há um consenso mínimo entre aqueles que analisam o Pronaf, em relação ao fato de que, dada a fragilidade de parte da agricultura familiar, sua condição social e econômica se encontraria em níveis de maior precariedade, caso o Pronaf não existisse. A realidade dos assentamentos rurais parece ilustrar claramente a importância do Programa na promoção de mudanças de ordem socioeconômicas em maior ou menor grau, sobretudo, quando se reflete acerca da disponibilidade de recursos dos produtores assentados no momento que marca a conquista da terra.

Assistência Técnica

Buscou-se caracterizar a atuação dos órgãos/empresas que desenvolvem ações de assistência técnica e extensão rural, segundo a percepção do público entrevistado. Do total de produtores pesquisados, 18 (60%) moram em assentamentos que são atendidos pelo INCRA e ITESP, 10 (33%) exclusivamente pelo INCRA e ainda 2 (7%) exclusivamente pelo ITESP.

Quando questionados, conforme Tabela 2, 17 (57%) produtores afirmaram que contavam com assistência técnica; dentre estes, 10 agricultores relataram que recebiam assistência esporadicamente e sete produtores declararam que esta era realizada com regularidade. Em

contrapartida, 13 agricultores (40%) declararam que no momento não estavam recebendo assistência técnica. Dentre estes, nove (30% dos produtores entrevistados) afirmaram que atualmente não recebem, mas já contaram com assistência técnica no passado; estes agricultores pertencem a assentamentos nos quais o INCRA e o ITESP (3 produtores) ou, apenas o INCRA (6 produtores) mantinham profissionais de assistência técnica e extensão rural para atendimento às famílias, na época da pesquisa. Já quatro produtores declararam que nunca receberam assistência técnica, nestes casos, especificamente, são agricultores pertencentes a assentamentos assistidos unicamente pelo INCRA.

Tabela 2. Acesso aos serviços de assistência técnica (microrregião de Andradina-SP).

Frequência da assistência técnica	Lotes (Nº)	Lotes (%)
Recebem (esporadicamente)	10	34
Recebem (regularmente)	7	23
Atualmente não recebem, mas já receberam (esporadicamente)	7	23
Atualmente não recebem, mas já receberam (regulamente)	2	7
Nunca receberam	4	13

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao serem solicitados para realizar uma avaliação sobre a assistência técnica recebida, dentre os produtores que demonstraram satisfação, 15 se referiram aos trabalhos desenvolvidos por profissionais ligados ao ITESP, cinco produtores à atuação dos técnicos do INCRA, um produtor aos trabalhos ligados à Embrapa e outro à assistência prestada por uma cooperativa. Nestes casos, a maioria dos produtores classificou como “boa” a assistência recebida, sendo que oito produtores classificaram a assistência prestada pelo ITESP, como “muito boa”, a mesma avaliação foi apresentada por três produtores em relação aos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos do INCRA.

Metade dos produtores (15) apresentou alguma reclamação em relação ao serviço prestado pelos órgãos que desenvolviam trabalhos ligados assistência técnica e extensão rural na época. A insatisfação em relação à assistência técnica prestada pelo INCRA foi evidenciada na avaliação de 14 produtores. Neste caso, as principais reclamações se referem a dificuldades no acesso aos profissionais, principalmente, à não realização de visitas aos lotes de forma individualizada e à atuação fiscalizadora dos técnicos que se sobrepõe às ações de assistência técnica, propriamente dita. Três produtores apresentaram queixas ao avaliarem o trabalho dos profissionais vinculados ao ITESP; entretanto, em nenhum destes casos a avaliação foi inteiramente negativa.

Dentre os aspectos que contribuem para uma avaliação majoritariamente negativa por parte dos produtores em relação aos trabalhos do INCRA, destacam-se, o fato dos profissionais do órgão atuarem junto a um elevado número de famílias (na grande maioria dos casos, tal número é superior ao de famílias assistidas pelos técnicos do ITESP). Caporal (2006, p. 17) enfatiza a importância do atendimento dos técnicos não exceder a um número máximo de famílias; o autor chama a atenção para a importância da realização de experimentos por parte de entidades e técnicos para que se estabeleçam tal limite, com base nos grupos de interesse.

Os profissionais reúnem simultaneamente funções relacionadas à assistência técnica e à fiscalização, com uma ampla gama de atividades burocráticas (verificou-se uma forte tendência por parte dos produtores em relacionarem as ações dos técnicos do ITESP à assistência técnica propriamente dita, diferentemente da atuação dos profissionais ligados ao INCRA); o órgão federal mantinha na região, na época da pesquisa, profissionais que não são de seu quadro funcional, sendo contratados por uma empresa que presta serviços ao INCRA por tempo limitado, o que favorece uma maior rotatividade da equipe, dificultando a continuidade nas ações iniciadas pelos profissionais e o estabelecimento de relações de proximidade entre técnicos e produtores. Somado a estas questões, na época de realização da pesquisa, as ações do órgão se mostravam ainda mais limitadas, em vista da reestruturação da Superintendência em São Paulo, o que ocasionou a paralisação temporária das ações de ATER nos assentamentos da microrregião.

O alcance da efetividade dos serviços de assistência técnica e extensão rural, em termos quantitativos e qualitativos, na microrregião, poderá ser favorecido por processos reflexivos voltados para a investigação e análise das ações de ATER localmente, com a marcante participação dos principais agentes interessados em tais mudanças: os produtores assentados. Em reconhecimento à importância da ATER, em relação ao processo de comunicação de novas tecnologias geradas pela pesquisa e de conhecimentos diversos, cruciais ao desenvolvimento rural em seu sentido amplo (PEIXOTO, 2008, p. 17), bem como, para a viabilização do acesso a outras políticas públicas, tornam-se inegáveis as implicações negativas dos aspectos limitantes presentes no campo da assistência técnica e extensão rural para os assentamentos rurais da microrregião.

Comercialização junto ao mercado institucional

Dentre os produtores pesquisados, 11 (37%) mencionaram vendas ao mercado institucional: um produtor comercializou excedentes para a Prefeitura Municipal de Ilha Solteira e 10 produtores venderam produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Conforme infere Hespanhol (2009, p. 64), o número de agricultores contemplados pelo PAA ainda é muito reduzido,

ao compará-lo com o universo de agricultores de pequeno porte que enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos.

Observou-se uma relativa diversidade dentre os produtos ofertados; três produtores mencionaram a comercialização de dois produtos distintos, enquanto quatro produtores citaram três ou mais tipos de produtos; com destaque para as olerícolas (seis produtores) e a venda de frutas (cinco produtores). A inserção, particularmente, de dois produtores no PAA resultou em impulso para a comercialização dos excedentes da produção vegetal, em lotes anteriormente voltados quase que exclusivamente para a bovinocultura de leite.

A expansão das políticas vinculadas ao mercado institucional poderá favorecer o aumento da diversidade produtiva nos lotes, com resultados positivos tanto no que tangem à produção de excedentes como na produção destinada ao autoconsumo; o que poderá, ainda, reduzir a forte dependência financeira da pecuária leiteira que ainda impera dentre algumas famílias de assentamentos da microrregião, as quais encontram na atividade, a única fonte de renda direta obtida a partir da exploração do lote.

Dois produtores mencionaram a comercialização de produtos processados (queijo e farinha). A maioria dos produtores realiza vendas para o mercado institucional por meio de cooperativas; já três produtores comercializam via sindicato de trabalhadores rurais (Município de Guaraçaí); um produtor por meio de associação e um vende diretamente para a Prefeitura (venda não ligada ao PAA). Ressalta-se que os produtores seguem combinando diferentes formas de comercialização, sem se restringirem unicamente ao mercado institucional, com destaque para as vendas realizadas diretamente.

Quando solicitados para fazer uma avaliação acerca desse tipo de comercialização, as vantagens mencionadas referem-se à *garantia* da realização da venda (dois produtores), à ausência de exigências específicas em relação aos tipos e qualidade dos produtos (dois produtores), e, também, aos preços pagos (dois produtores). Cinco produtores, de forma espontânea, apresentaram reclamações ao realizarem uma avaliação acerca da comercialização junto ao mercado institucional; as queixas apresentadas estão relacionadas com atrasos nos pagamentos (três produtores), com os preços pagos (um produtor) e com o valor limite das vendas (cota anual) estabelecido pelo PAA (um produtor).

Em estudo realizado na porção oeste do Estão de São Paulo, Hespanhol (2013, p. 69) verificou que a revisão da cota anual estabelecida pelo Programa consiste em uma das principais reivindicações de agricultores contemplados pelo PAA; entretanto, a autora ressalta a relevância da renda oriunda dessa forma de comercialização, na composição do orçamento familiar, uma vez combinada com outras rendas, assim como ocorre nos casos pesquisados na microrregião.

Dentre os produtores que nunca comercializaram junto ao mercado institucional (19 – 63%), apenas dois manifestaram interesse em realizar este tipo de comercialização; cinco produtores declararam que não produzem os produtos adquiridos pelos Programas; cinco revelaram que não possuem interesse e, também, cinco produtores declararam que até o momento não tiveram acesso à informação sobre esta forma de comercialização. Ferrante et al. (2012) também relatam a ocorrência de reclamações por parte de produtores assentados em relação à falta de informações qualificadas acerca do PAA, em outros municípios paulistas.

O fortalecimento e expansão do mercado institucional, enquanto estratégia de inclusão mercantil requer estratégias vinculadas a outras políticas pública, que possam dar respaldo aos Programas relacionados com esse tipo de mercado, com destaque, na microrregião, para as ações de assistência técnica e extensão rural; uma vez reconhecida o papel fundamental que representam essas ações para a inclusão dos produtores nas diferentes políticas públicas concebidas especificamente para o segmento da agricultura familiar.

Considerações finais

As questões levantadas neste trabalho (re)afirmam a preponderância da pecuária leiteira no que concerne à geração de renda e à produção destinada ao autoconsumo para os produtores pesquisados (77% exploram a atividade); entretanto, a sazonalidade produtiva suscita preocupações, em vista da forte redução da produção de leite durante o período seco, observada em 80% dos casos analisados. Aliada à atividade leiteira, destacam-se, dentre o público pesquisado, as estratégias pautadas na policultura e na exploração de culturas que apresentam custos de produção relativamente baixos e que não exigem infraestrutura específica, sendo comercializadas, sobretudo, nos circuitos curtos de comercialização. As características observadas em relação aos sistemas de cultivo, principalmente no que se referem à diversidade das culturas exploradas, enriquecem a produção destinada ao autoconsumo, configurando-se como uma importante estratégia no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional das famílias em questão.

Constatou-se a necessidade de que os instrumentos de políticas públicas, na microrregião de Andradina, impliquem em esforços que possam efetivamente contribuir para a ampliação das possibilidades no que se referem às estratégias de reprodução socioeconômica dos produtores assentados; de modo que estes não se vejam *fadados* à pecuária de leite e a pequenas áreas de olericultura, em face das fortes limitações relacionadas com a infraestrutura disponível e com as debilidades no campo da assistência técnica e extensão rural, observadas nos espaços de reforma agrária da microrregião.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M.; PESSOA P.; NORDER, L. A. C., CABELO, L. A. OLIVEIRA, R.; PINTO, L. B. **A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo**. In: MEDEIROS, L. S. de. ; LEITE, S. (orgs.) Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional. São Paulo: Mauad, 2004. 139p.

BERGAMASCO, S.M., NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 88p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. E. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n.10, p.312-347, 2003.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados**. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006. p. 9-34.

ESQUERDO, V. F.; P. P. BERGAMASCO, S. M. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, v. 38, n. 8, p. 563-569, 2013.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. In: **Anais...** João Pessoa: [s. n], 2012. p. 01-24.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.18, p. 28-46, 2002.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil municipal**. São Paulo: SEADE, 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2014.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP) / The Food Acquisition Program (PAA) in the Micro-Region of Dracena (SP). **Geo UERJ**, v. 2, n. 20, p. 64 - 87, dez. 2009.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. nat.**, Uberlândia , v. 25, n. 3, p. 469-483, Dec. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf> . Acesso em: 22 fev. 2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária – Dados (2017)**. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=8&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1 . Acesso em: 12 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>. Acesso em: 24 fev. 2014.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: MDA, 2006. 202p.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília, DF: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. 50 p. (Textos para Discussão, 48).

SANT'ANA, A. L. **Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SOUZA-ESQUERDO, V. F. et al. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2015.

TARSITANO, M. A. A.; SANT'ANA, A. L. PROENÇA, E. R.; RAPASSI, R. M. A. Tecnologia e renda da pecuária leiteira em um assentamento na região de Andradina, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 38, n. 6, p. 69-79, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1995. Cap. 1, p. 23-96.

ZOCAL, R.; ALVES, E. R.; GASQUES, J. G. **Diagnóstico da Pecuária de Leite Nacional: Estudos Preliminares, Contribuição para o Plano Pecuário 2012**. Juiz de Fora: Embrapa - Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite, 2011.